



Contencioso

**Procuradoria Judicial:
a defesa do Estado em
benefício da sociedade**

Confraternização

Alegria marca festa de final de ano da Apesp

3

Regionais 1

PR 5: região administrativa gera 2º PIB estadual

6

Regionais 2

PR 12: São Carlos e Araraquara compõem força da Regional

7

Entrevista

Novo corregedor geral fala sobre as metas e desafios do órgão

8

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo – APESP

Diretoria Gestão 2006/2008

PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA GERAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETOR FINANCEIRO

Ivan de Castro Duarte Martins

DIRETORA SOCIAL

Adriana Moresco

DIRETORA CULTURAL

Fernanda Ribeiro de Mattos Luccas

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

CONSELHO ASSESSOR

Ada Pellegrini Grinover

Ana Cristina Leite Arruda

Carmen Lúcia Brandão

Fernanda Dias Menezes de Almeida

Nilson Berenchtein Júnior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Cecília Brenha Ribeiro

Juliana de Oliveira Costa Gomes

Leonardo Gonçalves Ruffo

EDIÇÃO, TEXTO E ASSESSORIA DE IMPRENSA

Pyxis Editorial e Comunicação

Tel. (11) 3875 3434

FOTOS

Ana Salles (capa)

Apple Produtora Digital (p. 3)

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão *on-line* do
JORNAL DO PROCURADOR
no *site* <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Os próximos meses

No corrente mês de fevereiro e no próximo mês de março, dois eventos, ambos de grande importância: no dia 15 de fevereiro, inaugurou-se a nova sede, no 9º andar do mesmo prédio onde se encontra instalada a APESP e, em meados de março, será realizada a eleição para renovação da nossa Diretoria.

Desnecessário encarecer a importância de que se reveste a mobilização da Carreira, para cumprimento desse imperativo democrático. Uma Carreira somente se legitima e se vitaliza, no plano administrativo, através da sistemática reiteração do processo eleitoral. É nessa sede que costuma ocorrer o saudável embate das idéias defendidas pelos diversos grupos de opinião, permitindo, ao final do respectivo processo, que seja conquistado o tão almejado consenso democrático, sem prejuízo das habituais e necessárias divergências.

No curso da nossa episódica gestão, jamais deixamos de ouvir a Carreira, promovendo um seminário, e respectiva assembléia geral extraordinária, para chegar a um consenso sobre nossa polêmica sistemática remuneratória, e outra assembléia para decidir sobre a revisão e atualização dos nossos Estatutos Sociais. Fomos bem sucedidos em ambas, porque o que importa é a discussão de todos os temas que interessam e afligem a Carreira, bem como o encontro das idéias dos nossos colegas formadores de opinião.

Por outro lado, considero que a inauguração da nova sede em 15 de fevereiro foi um marco na Carreira. Tendo atuado, em sucessivas gestões, como Vice-Presidente da APESP, sei, por sabença própria que o tema da aquisição da nova sede vinha à baila nas reuniões da Diretoria, mas morria, invariavelmente na praia, à guisa de consenso sobre a escolha do local mais adequado.

Felizmente, temos a certeza de que se trata de um tema superado e de que, doravante, ao lado dos eventos culturais e associativos, a APESP irá proporcionar aos integrantes da Carreira raros momentos de entretenimento e lazer, pois contará com amplo auditório, para acomodação de 100 pessoas, além de espaço-exclusivo para descanso dos Procuradores que moram no interior e são convocados para reuniões e eventos de passagem na cidade de São Paulo.

Por último, *last but not the least*, a nova sede contará com espaço suficiente para formação de uma Biblioteca que irá exibir e prestigiar as obras jurídicas ou literárias da lavra dos nossos associados. Todos os autores, pratos da casa, estão convidados a remeter suas obras, pelo correio ou pessoalmente, à Secretaria da APESP, devidamente autografadas. Por hoje é só.

Zelmo Denari
PRESIDENTE DA APESP

Crônicas da Procuradoria

Excepcionalmente, a seção "Crônicas da Procuradoria" não é publicada nesta edição do JP. Na edição nº 34 a seção retornará, com o artigo "De como o 'Império do Divino' revelou o paradeiro do executado", de autoria da procuradora Maria Helena Beringhs Domingues de Castro. A "Crônicas da PGE", publicada nas edições do Jornal do Procurador, já é um sucesso. Participe você também! Envie seu artigo para o endereço eletrônico: jornaldoprocurador@apesp.org.br

Em harmonia, carreira despede-se de 2007 e mira o futuro

Mais de 600 convidados compareceram, em 23 de novembro, ao Salão Nobre Marc Chagall, do Clube "A Hebraica", para a festa de confraternização promovida pela Apesp.



A tradicional festa de final de ano da Apesp reuniu mais uma vez, em clima de muita alegria, descontração e companheirismo, procuradores, amigos e familiares para exaltar as conquistas de 2007 e reforçar o compromisso de união para vencer os desafios de 2008. O evento contou com um animadíssimo show das cantoras Paula Lima e Daúde, que interpretaram canções solo e em dueto (veja texto abaixo).

O destaque foi a grande presença de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário estaduais e de Instituições co-irmãs, em mais uma clara manifestação do prestígio que a Apesp e os procuradores de Estado encontram como protagonistas da cena jurídica e da defesa do interesse público (veja lista ao lado).

Animação ao ritmo de samba-rock e MPB

As cantoras Paula Lima e Daúde revezaram-se no palco da Hebraica, com uma mistura de música popular, samba-rock e ritmos afro-brasileiros. Ao mesclar interpretações dos CDs "Sinceramente" (de Paula Lima) e "Neguinha te Amo" (de Daúde), com grandes sucessos dos mestres Tim Maia ("Que Beleza") e Jorge Bem Jor ("País Tropical"), as cantoras levantaram a platéia por quase duas horas.

Autoridades presentes

- Diretoria da Apesp: Zelmo Denari, presidente; Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti, secretária geral; Adriana Moresco, diretora social; Fernanda Ribeiro de Mattos Luccas, diretora cultural; Ana Maria Bueno Piraino, diretora de previdência; Shirley Sanchez Tomé, diretora de patrimônio; Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes, diretor de comunicações;
- Luiz Antônio Guimarães Marrey, secretário estadual da Justiça e Defesa da Cidadania, representante do governador José Serra;
- Aloysio Nunes Ferreira, secretário chefe da Casa Civil de SP;
- Marcos Nusdeo, procurador geral do Estado;
- Desembargador João Alberto Pizarini, representante do presidente da Apamagis Sebastião Luis Amorim;
- Guilherme José Purvim de Figueiredo, diretor geral do IBAP, como representante da presidente da entidade Elida Seguin;
- José Nuzzi Neto, diretor do Departamento Jurídico da Associação dos Procuradores Autárquicos de SP, representante de Paulo Eduardo de Barros Fonseca, presidente da entidade;
- Davi Eduardo Depiné Filho, presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos;
- José Procópio, presidente do Sindiproesp.

Litigiosidade crescente exigirá me

A missão institucional da PGE, que é resguardar o interesse público e zelar pelo erário, traduz-se pelo profícuo trabalho da Procuradoria Judicial na defesa do Estado em juízo. Em 2007, a Unidade recuperou R\$1.370.746,91 – R\$ 751.850,78 (55%) em ressarcimentos e R\$ 618.896,13 (45%) em honorários pagos por vitórias da Fazenda. No entanto, a luta dos procuradores classificados na PJ é árdua. A litigiosidade contra o Estado tem aumentado vertiginosamente, principalmente em ações referentes a danos morais, medicamentos e servidores.

Em 2007, mesmo com a criação dos núcleos de contencioso das autarquias, o número de deman-

contratados pelo regime da CLT, sindicatos ou por funcionários de empresas prestadoras de serviços gerais – tem intensificado uma atuação preventiva. Para Clayton Alfredo Nunes, chefe da Subprocuradoria, se os gestores públicos atuarem de forma diligente, exigindo periodicamente o cumprimento das obrigações no âmbito do contrato administrativo (comprovantes de regularidade dos depósitos do FGTS, contribuições previdenciárias, sindicais e verbas trabalhistas), as demandas não ocorrerão no Judiciário. A PJ 7 tem desenvolvido ainda uma parceria com o TRT da 2ª Região, na qual os procuradores comparecem às audiências de Conciliação de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) para discutir valores considerados desajustados às

classificados na PJ, que atualmente conta com 132 colegas com atuação direta nas bancas da Judicial; 23 nos núcleos do contencioso das autarquias; e 37 afastados para outras funções. Por outro lado, o aumento da litigiosidade faz com a sobrecarga continue acentuada. Thomaz Komatsu Vicentini, chefe da PJ 5, lembra que ao ingressar na carreira, em 1991, a Subprocuradoria tinha “nove (9) procuradores, com uma média de 500 processos por banca; atualmente, temos 18 procuradores, com uma média de 1.200 processos”.

Segundo Carlos Toledo, “foi possível recuperar uma defasagem nos quadros da PJ, acumulada ao longo dos anos, mas a litigiosidade contra o Estado é um componente cultural que não tende a diminuir”. Reinaldo Passos de Almeida, procurador assistente



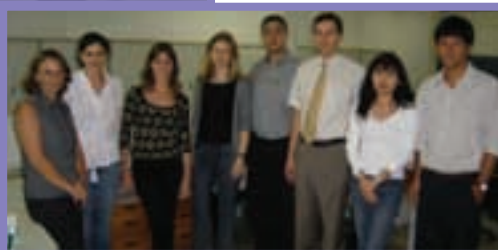
PJ 6 – Cláudia Aparecida Cimaridi (1º a esq.), Martina Luiza Kollender (ao centro) e Roberto de Almeida Gallego (último à dir.).

PJ8 – Da esq. para a dir.: Maria da Glória Gomes da Silva (funcionária), Stela Cristina Furtado, Alexandre Dotoli Neto, Rodrigo Augusto Carvalho Campos, Jane Terezinha de Carvalho Gomes, Luciana Augusta Sanchez, Maria Luciana Oliveira Facchina Podval, Naira (estagiária), Milena Carla Azzolini Pereira, Maria Benevides Soares, Luiz Duarte de Oliveira, Mirian Gonçalves Dilguerian e Manoela (estagiária)



PJ 7 – Da esq. para dir.: Giselle Cristina Nassif Elias, Isabelle Maria Verza de Castro, Maria Cecília Fontana Saez, Cláudia Helena D. de Lacerda, Daisy Rossini de Moraes, Cristina de Arruda Facca Lopes e Clayton A. Nunes (Procuradores). Presentes ainda na foto: Pacheco (funcionário); Júlio, Neto, Rafael, Ricardo e Wilson (estagiários) e Adriana e Valeska (ex-estagiárias).

PJ 5 – Da esq. para a dir.: Marcela Nekatschalow, Edna Costa, Juliana Della, Rita Kelch, Marco Azevedo, Paulo de Tarso, Sandra Nanba e Thomaz Vicentini.



Da esq. para a dir.: Rosana Martins Kirschke (procuradora assistente), Carlos José Teixeira de Toledo (chefe da PJ), Marina Mariani Macedo Rabahie (procuradora assistente) e Reinaldo Passos de Almeida (procurador assistente).



das que ingressou na PJ permaneceu praticamente idêntico (19.186) ao ano anterior (19.557), mantendo o quadro de crescimento real que já se verificava em relação aos números de 2005 (18.223). Segundo Carlos Toledo, chefe da PJ, há uma movimentação “do atual Gabinete para eliminar teses superadas, padronizar determinadas condutas e disseminar na Administração a necessidade de reconhecer que em certos litígios a derrota é inevitável”. Paulo de Tarso Neri, conselheiro eleito da PGE, destaca que – ao menos no âmbito das ações da PJ 5, na qual está classificado – o Estado nem sempre “costuma seguir as orientações da Consultoria, fato que contribui para o aumento da litigiosidade”.

A PJ 7 – que defende o Estado em ações ajuizadas na Justiça do Trabalho por servidores e ex-servidores

regras de atualização monetária e imposição de juros contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Iniciado em dezembro último, o expediente – conduzido em parceria com a Coordenadoria de Precatórios – gerou uma economia da ordem de R\$ 8 milhões, somente no referido mês. “A iniciativa é importante para o crescimento profissional dos colegas e para a reversão de consideráveis somas ao erário.”

Quadro funcional

Com a chegada dos colegas provenientes da AJ, ocorreu um incremento do número de procuradores

da chefia da PJ, complementa que, além do aumento em números absolutos, a PJ sofreu também uma renovação em seus quadros. “A maioria dos procuradores está classificada na Unidade há menos de seis meses”

O reduzido número de funcionários é um dos principais problemas na Unidade, que conta apenas com 43 servidores. Na avaliação de Marco Antonio Duarte de Azevedo, procurador classificado na PJ 5, “a nossa maior deficiência é a falta de auxílio nas questões administrativas, para que possamos dedicar um maior tempo às atividades efetivamente jurídicas”.

Hor estruturação à Judicial



Especialização

A Procuradoria Judicial está subdividida em oito Subprocuradorias, especializadas em ações de servidores públicos (PJ 1, PJ 3, PJ 4 e PJ 5), defesa de políticas públicas e ações de responsabilidade civil (PJ 2), Fazenda-autora (PJ 6), ações ajuizadas na Justiça do Trabalho (PJ 7), e ações que versam sobre medicamentos, insumos e tratamentos médicos (PJ 8)

A PJ 8 foi reorganizada para alterar a política de enfrentamento das ações de medicamentos e tratamentos médicos, no sentido de suprir as necessidades dos pacientes, coibir abusos e regradar esse tipo de dispensação. Segundo Luiz Duarte de Oliveira, chefe da PJ 8, as ações de medicamentos sempre foram entendidas como uma atuação do Estado contra os direitos humanos, quando na realidade é necessário “oferecer uma alternativa terapêutica, que o SUS possa dispensar”. O crescimento desse tipo de ação é significativo. Até o momento, foram ajuizadas no Estado de SP cerca de 25 mil ações, que obrigam a um desembolso de R\$ 400 milhões/ano. Comparativamente, em apenas um programa do SUS, chamado “Dispensação de Medicamentos Excepcionais” gasta-se R\$ 838 milhões, para atender a 380 mil pacientes. A “indústria” de ações de medicamentos envolve esquemas com advogados, laboratórios farmacêuticos e até associações de pacientes. “O Estado corre atrás do prejuízo. Aliás, só temos conhecimento das ações quando as liminares são concedidas. Dessa forma, fazemos um trabalho quase artesanal para levantar informações e municiar os juizes”, completa Luiz Duarte.

O novo perfil da PJ-8 permitiu, por outro lado, que a PJ 2 – antes encarregada das demandas sobre medicamentos – pudesse focar sua atuação na defesa das políticas públicas do Estado e nas demandas de cunho indenizatório. Em 2007, várias questões polêmicas foram enfrentadas pela Subprocuradoria, como as ações civis públicas ajuizadas pela Defensoria Pública, com o objetivo de compelir o Estado a fornecer moradia à população carente pela via judicial, passando ao largo das políticas estabelecidas para o setor. O Ministério Público também tem sido um forte adversário, em demandas referentes à administração prisional (interdições ou ampliações de presídios pelo Estado). Ainda nesse campo, ações envolvendo figuras conhecidas da mídia, que se encontram sob a custódia do Estado – como o infrator “Champinha” e a homicida Suzane Von Richtofen –, têm sido enfrentadas pelos colegas da

| | |
|------|---|
| PJ 1 | Ações residuais de servidores, focadas especialmente nas demandas referentes à complementação de aposentadorias de servidores de empresas estatais. |
| PJ 2 | Demandas referentes à defesa de políticas públicas e nas ações atinentes à responsabilidade civil, que tenham a Fazenda Estadual no pólo passivo. |
| PJ 3 | Ações propostas por servidores militares do Estado |
| PJ 4 | Ações propostas por servidores da Secretaria da Educação |
| PJ 5 | Ações de servidores da Secretaria de Segurança, Polícia Civil, Judiciário, Ministério Público e Secretaria da Fazenda. |
| PJ 6 | Subprocuradoria de Fazenda-autora: ajuíza ações de indenização e cobrança contra particulares e servidores que causaram dano ao erário, bem como quaisquer outras ações que sejam de interesse do Estado e não sejam de matéria tributária ou fiscal. |
| PJ 7 | Subprocuradoria trabalhista: defende o Estado nos feitos da Justiça do Trabalho, ajuizados por servidores, sindicatos ou pelos funcionários de empresas que prestam serviços ao Estado. |
| PJ 8 | Subprocuradoria que atua de forma especializada nas demandas referentes a fornecimento de medicamentos, tratamentos e insumos relacionados à saúde. |

PJ 2 de forma discreta e eficiente. Para o início de 2008, um novo desafio se apresenta para os procuradores da PJ 2: acompanhar a privatização da CESP, última empresa paulista do setor de energia – em operação que promete render muitas contendas no Judiciário estadual.

Outro caminho de especialização trilhado na PJ será a criação do Setor de Execuções. “Nas Varas da Fazenda Pública, existe um setor especializado na execução contra a Fazenda, criado para uniformizar posturas do Judiciário na fase de execução”, afirma Carlos Toledo. A criação do setor pretende não só uniformizar os procedimentos na execução, mas também intensificar o diálogo com a Coordenadoria de Precatórios e com o Poder Judiciário.

Estrutura

Apesar de apresentar boas condições estruturais, o tradicional prédio que abriga a PJ (situado na Rua Maria Paula) tem espaço físico insuficiente. Ademais, duas importantes Subprocuradorias (PJs 7 e 8) estão acomodadas em outro endereço (na rua Pamplona). “Existia o temor de que não conseguiríamos acomodar todos os procuradores oriundos da AJ, com computadores e mesas. Isso foi superado e todos contam com locais de trabalho e equipamentos adequados”, analisa Carlos Toledo.

Sobre a reforma do novo prédio destinado à PJ, a previsão é que a primeira etapa da reforma termine no mês de fevereiro. Com isso, será possível desafogar em parte a atual falta de espaço e instalar o Setor de Execução. Contudo, a expectativa é que, com o término total da reforma, seja possível transferir toda a PJ para o novo endereço, com a reunião das Subprocuradorias.

Na avaliação de Martina Luiza Kollender, a PJ6 é a mais prejudicada pela falta de espaço. “Têm colegas que estão acomodados em outro andar. Além disso, se todos os estagiários estiverem presentes ao mesmo tempo, não haverá computadores para todos”. Para Roberto de Almeida Gallego, também classificado na PJ 6, o espaço para abrigar processos judiciais e administrativos é insuficiente.

Desafios

O maior desafio para a PJ é o aprofundamento do processo de informatização. “A informática pode nos ajudar a ser mais eficientes e prestar um serviço com maior qualidade”, comenta Carlos Toledo. Com esse propósito, o programa de Gerenciamento de Processos Judiciais (GPJ) – em teste na PPI e com previsão de implantação ainda em 2008 – será uma ferramenta que possibilitará um controle do andamento dos processos judiciais. Na opinião dos procuradores da PJ 5, ainda é difícil uma avaliação da eficácia da nova ferramenta, pois ainda não foi possível o acesso ao GPJ.

Significativo avanço para a atuação dos colegas da PJ seria uma ação com o objetivo de padronizar teses. Segundo Thomaz Komatsu Vicentini, chefe da PJ 5, “ficamos muito defasados em relação a alterações legislativas e jurisprudência. O Centro de Estudos poderia ser mais ativo nesse aspecto”. Uma iniciativa nesse sentido – ainda em fase embrionária – foi a criação do SIAT, para apoiar com pesquisas de determinadas teses e proporcionar a criação de um repositório de jurisprudência.

Outra necessidade apontada pelos colegas da Subprocuradoria seria uma comunicação mais eficaz entre a PJ e outros órgãos do Estado, e até mesmo com as demais Unidades da PGE.

PR 5: região administrativa gera 2º PIB estadual

A Procuradoria Regional de Campinas abrange uma região com 17,86% da produção industrial e 17,4% do PIB estadual, uma referencial produção agropecuária – especialmente nas culturas da cana-de-açúcar, frutas variadas e laranja – e uma população de 6 milhões de habitantes (14,8% do total do Estado de SP). Em uma área total de 27 mil km², a Unidade responde por 76 municípios, 28 Comarcas e 18 Varas Distritais, 5 Delegacias Regionais Tributárias e a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A PR 5 está organizada em: 1º Subprocuradoria, com 5 municípios e subdividida nas Seccionais de Matéria Fiscal e Advocacia do Estado; 2º Subprocuradoria, com 40 municípios e subdividida nas Seccionais de Bragança Paulista, Jundiaí e Piracicaba; 3º Subprocuradoria, com 31 municípios e subdividida nas Seccionais de Rio Claro, Limeira e São João da Boa Vista. A Seccional de Casa Branca encontra-se na região administrativa da PR 5, mas suas comarcas estão sob responsabilidade da PR 6. Uma proposta para imprimir maior racionalidade ao desenvolvimento do trabalho é a divisão da Unidade em três, com sedes em Campinas, Limeira e Jundiaí.

Tal magnitude traz, logicamente, uma alta demanda para os 60 procuradores classificados na Unidade (58 em exercício). No contencioso fiscal, os dados impressionam: de um total de 900 mil execuções fiscais em todo o Estado, 118 mil (13,11%) estão a cargo da PR 5; R\$ 4,8 bilhões em recuperação de créditos da dívida ativa, de um total de R\$ 29 bilhões no âmbito estadual (16,55%); apenas em setembro de 2007, a PR5 arrecadou R\$ 5,85 milhões. A quantidade de ações judiciais também é significativa. A sede do TRT em Campinas faz com que o fluxo dos recursos das ações trabalhistas de todo o interior do Estado deságüe na PR 5. No ano passado, a Regional acompanhou uma média de 200 recursos por mês.

Apenas com a rotina “ordinária”, a PR 5 já apresentava uma grande sobrecarga de trabalho. Porém, as recentes conquistas institucionais da PGE – o controle e gerenciamento da dívida ativa e a assunção do serviço jurídico das autarquias – contribuíram para “estreitar o gargalo”. Com relação às autarquias, somente do DER foram enviados 2.500 processos. Referente ao gerenciamento da dívida ativa, não há estrutura para absorver o serviço anteriormente prestado pelas DRTs. Dessa forma, ao menos na fase de aprimoramento do sistema, é fundamental a colaboração

da SEFAZ e a concentração das atividades na Procuradoria da Dívida Ativa.

Até o final do ano passado, a Regional vivenciava uma situação dramática quanto ao número de procuradores. Sensível à situação, o Gabinete da PGE elaborou o Decreto nº 52.296/2007 (em substituição ao Decreto nº 51.238/2006), que recompôs o quadro para 60 cargos. Com a proximidade de uma aposentadoria e uma licença-saúde, além de um afastamento para a AJG, o efetivo deve se estabilizar em 55 colegas, suficiente para enfrentar o atual volume de serviço, mas incapaz de absorver novas demandas. O nível de especialização é quase total e, com a chegada de procuradores, será possível atingir 100%.

O grupo de funcionários é composto por 31 pessoas, com apenas 29 em plena atividade na PR 5 – um atua na Seccional de Casa Branca e outro está cedido à Defensoria Pública. Previa-se o retorno dos servidores emprestados à Defensoria já para o início de 2008, mas o Decreto nº 52.612, de 7/01/2008, prorrogou o convênio por mais seis meses. O quadro é extremamente deficitário e pode agravar com aposentadorias iminentes

A contratação de estagiários administrativos é uma medida de extrema necessidade, porém paliativa. Outra sugestão colhida na Unidade é a retirada das atribuições administrativas das chefias de Regional, que deveriam ser repassadas a executivos públicos. Mesmo com o incremento efetuado pelo Gabinete, a quantidade de estagiários de direito ainda está aquém da ideal para auxiliar os procuradores: atualmente são 60, quando o mínimo adequado seria 120. Apurou-se a necessidade de recomposição e reaparelhamento do SECI. Por outro lado, avanços estão em vias de concretização, com o credenciamento de contadores, leiloeiros e a reorganização da rotina administrativa.

A infra-estrutura de informática necessita de melhorias urgentes. No momento, não existem computadores suficientes para todos os procuradores e estagiários. No entanto, a Unidade aguarda a chegada de novas máquinas, já adquiridas pelo Gabinete. Ademais, não há suporte de manutenção e pontos de rede adequados à estrutura. Apointou-se como problema premente a ampliação do prédio da sede e das seccionais, a instalação de ar-condicionados e mobiliários em condições e número adequados. A situação de infra-estrutura foi agravada pela chegada dos colegas da AJ.



Da esq. para a dir, em pé: Eduardo Aluizio Esquivel Millás, Ivan de Castro (diretor financeiro da Apesp), Arthur da Motta Trigueiros Neto, Marcio Coimbra Massei, Eduardo da Silveira Guskuma, Jivago Petrucci e Fabrizio de Lima Pieroni. Sentados: Heloisa Beluomini L. Martinez, Agatha Junqueira Weigel, Guilherme Malaguti Spina, Daniela Yurie Ishibashi Cosimato, Vivian Alves Carmichael e Maria Cristina Biazão Manzatto.

O transporte de autos encontra-se em pleno funcionamento na PR 5. Entretanto, a ampliação do expediente para os processos do contencioso judicial, por meio de um convênio entre a PGE e o TJ, minimizaria os deslocamentos ainda constantes. Há na Regional apenas uma viatura (ocupada exclusivamente pelo SECI-5), fato que obriga os procuradores das Seccionais de fora da sede a transportar em seus veículos processos, materiais e equipamentos, sem ressarcimento de custos. Os colegas da Unidade têm como pleito a extensão, para todas as Regionais, da gratificação por atuação em comarcas de difícil atendimento.

Organograma

Sede Administrativa

R. Benjamin Constant, 1.214, 6º andar

Chefe: Jivago Petrucci

Assistente: Fabrizio de Lima Pieroni

1ª Subprocuradoria:

Chefe: Agatha Junqueira Weigel

Seccional de Matéria Fiscal

Chefe: Ana Martha Teixeira Anderson

Seccional de Advocacia do Estado

Chefe: Heitor Teixeira Penteadó

2ª Subprocuradoria:

Chefe: Juarez Sanfelice Dias

Seccional de Bragança Paulista

Chefe: Márcio Coimbra Massei

Seccional de Jundiaí

Chefe: Wladimir Novaes

Seccional de Piracicaba

Chefe: Sérgio Luiz de Almeida Pedrosa

3ª Subprocuradoria

Chefe: Maria Cristina Biazão Manzatto

Seccional de Rio Claro

Chefe: Mônica Hildebrand de Mori

Seccional de Limeira

Chefe: José Renato Rocco Roland Gomes

Seccional de São João da Boa Vista.

Chefe: Marcos César Pavani Parolim

PR 12: São Carlos e Araraquara compõem força da Regional

Formalmente, a PR 12 subdivide-se na sede de São Carlos e na Subprocuradoria de Araraquara. No entanto, o *status* de cidades-pólo e a conseqüente relevância econômica desses municípios possibilitam à Regional contar, de fato, com duas unidades de similar envergadura na defesa do interesse público do Estado de São Paulo.

Distantes 60 km, as cidades englobam uma população de aproximadamente 420 mil habitantes – 200 mil em Araraquara e 220 mil em São Carlos – e são responsáveis por um PIB de R\$ 4,8 milhões – Araraquara com R\$ 2,2 milhões e São Carlos com R\$ 2,6 milhões (Fonte: IBGE/2004).

A região constitui importante força econômica do Estado de São Paulo, com um pólo industrial e agropecuário em vertiginoso crescimento. Ademais, é reconhecida pela presença de instituições de ensino superior, entre elas: a Ufscar e a Usp, em São Carlos e a Unesp, em Araraquara.

A PR 12 abrange 41 municípios, 14 comarcas, 4 Varas Federais e Varas trabalhistas espalhadas pela localidade. Tal magnitude endossa o pleito pelo aumento do número de procuradores. O Decreto nº 52.296, de 24/10/2007, que estabeleceu o número de cargos em cada Unidade da PGE, manteve em 13 o número de vagas para a PR 12 – que, ao lado de Marília e Araçatuba, são as Regionais com o menor número de procuradores.

De forma efetiva, apenas 12 colegas estarão classificados na Regional (nos próximos meses a Procuradoria será desfalcada, devido à aposentadoria iminente da colega Vera Cecília Fróes Del Fiorentino) – 6 em Araraquara, 5 em São Carlos e a chefia, que presta expediente na sede de São Carlos. Consensualmente,

avalia-se como ideal um quadro de 18. A Regional busca intensificar o processo de especialização de bancas, porém o número reduzido de procuradores ainda não possibilitou uma especialização total.

A demanda de trabalho dos procuradores classificados na PR 12 tem aumentado sobremaneira. Na área judicial, a sobrecarga é motivada pela assunção das autarquias (principalmente DER, Artesp e DAEE), ações de medicamentos, ações ambientais, pela queima irregular de cana-de-açúcar, e ações de danos morais diversas, originadas em parte nas penitenciárias de Araraquara e Itirapina. Mesmo assoberbados, os procuradores da PR 12 têm protagonizado vitórias que geram economias e reversão de altíssimas indenizações contra o Estado.

A região apresenta um alto nível de arrecadação de ICMS e, conseqüentemente, de ajuizamentos de débitos na dívida ativa. Comparativamente, São Carlos tem um número maior de execuções fiscais do que Araraquara, com uma arrecadação espontânea maior. Por exemplo, diversas usinas de açúcar, com sede em Araraquara, pararam de gerar ajuizamentos por se encontrarem em regime fiscal especial perante a Secretaria da Fazenda.

O quadro de servidores é um grave problema: Araraquara tem 4 funcionários – 3 integrantes da PGE, e 1 afastado do DER; São Carlos possui 4 servidores – 2 integrantes da PGE, 1 cedido pela Prefeitura Municipal e 1 cedido pelo DER. Em resumo, são 8 funcionários em exercício efetivo. Por fim, o panorama é agravado com a possibilidade real de aposentadoria de dois servidores.

Entende-se que o estabelecimento de convênios com a Fundap, para a contratação de estagiários administrativos, é uma medida salutar, contudo a solução só virá com a realização de concurso para funcionários da PGE. O número de estagiários de direito também é deficitário: ao todo são 20 vagas – 10

em Araraquara e 10 em São Carlos –, quando o ideal seria um quadro de 26. Em Araraquara, atuam hoje 9 estagiários e, em São Carlos, apenas 6.

O Setor de Engenharia da Regional, apesar de funcionar desde 1984, não está regulamentado, mas conta com 2 engenheiros. Outro apoio técnico imprescindível é o leiloeiro oficial. A presença deste profissional – que ocorreu de forma pioneira na Regional de São Carlos – produziu excelente resultado para dinamizar a recuperação fiscal. Cabe salientar que o trabalho não onera o Estado, pois a comissão do leiloeiro é paga pelo arrematante. A Unidade ainda não tem contadores credenciados.

Referente à estrutura predial, as realidades nos dois municípios são opostas. A subsede em Araraquara encontra-se instalada em um excelente prédio, com instalações e espaço físico adequados. Por sua vez, o prédio que abriga a sede de São Carlos tem espaço diminuto. A chefia busca soluções mais adequadas para acomodar os colegas de São Carlos.

Sobre a quantidade de equipamentos de informática, Araraquara também está em situação levemente mais vantajosa. São Carlos só não enfrenta falta de computadores, devido a uma adjudicação de 3 máquinas. Entretanto, a falta de atualização constante, manutenção preventiva e equipamentos de reposição são problemas comuns.

A adoção do transporte de malotes reduziu os deslocamentos dos procuradores. Todavia, como já detectado em outras Regionais, as viagens ainda são necessárias. A PR 12 tem apenas uma viatura – sem motorista disponível – e parte dos deslocamentos é efetuada com carros particulares, sem o devido ressarcimento de custos.

Organograma

Sede Administrativa

Rua Episcopal, 1611, Centro, São Carlos, SP

Chefe: Cristina Duarte Leite Prigenzi

Subprocuradoria de Araraquara:

Chefe: José Thomaz Perri.

Seccional de Araraquara

Chefe: Thelma Cristina A. do Valle Sá Moreira.

São Carlos, região central de SP

Fundação: 04/11/1857

População: 218 mil habitantes

Área: 1.141 km²

Araraquara, região central de SP

Fundação: 22/08/1817

População: 199 mil habitantes

Área: 1.006 km²



Colegas de São Carlos, da esq. para a dir: José Thomaz Perri, Vera Cecília Fróes Del Fiorentino, Regina Marta Cereda Lima, Vladimir Bononi, Cristina Duarte Leite Prigenzi e Marcos Narche Louzada.

Colegas de Araraquara, da esq. para a dir: Joselice Martins de Oliveira, Cristina Duarte Leite Prigenzi e Thelma Cristina Apollaro do Valle Sá Moreira.



Nova PGE será construída pelos procuradores



Nilson Berenchein Junior foi nomeado corregedor geral com a missão de conduzir o órgão em momento de construção de novos parâmetros administrativos e organizacionais pela PGE. O processo de escolha – iniciado em 13/11/2007, com a composição da lista tríplice pelo Conselho, e finalizado em 07/12/2007, com a publicação do decreto de nomeação – sedimentou a prática democrática na eleição para o cargo. Na entrevista a seguir, Berenchein fala sobre os desafios da Corregedoria e das perspectivas de relacionamento com a carreira.

JP – O processo democrático para escolha do corregedor geral traz um maior respaldo para o órgão?

Nilson Berenchein Junior – O Gabinete atual implantou, em boa hora, a filosofia de permitir que o Conselho da PGE, como prevê a lei, escolha a lista tríplice para o cargo de corregedor geral. O meu antecessor, Maurício Kaoru Amagasa, já tinha sido eleito dessa forma. Mas o processo foi aperfeiçoado com a realização de audiência pública, para a qual todos foram convidados a participar e conhecer as propostas dos quatro candidatos (essa audiência pública foi realizada em 13/11/2007, no Conselho da PGE). Foi sem dúvida um avanço institucional, que aproxima os procuradores da Corregedoria. Temos que destacar a participação dos colegas Carlos Miyakawa, Rogério Pereira da Silva (que também compuseram a lista tríplice) e Jacqueline Zabeu Pedroso em todo o processo. No futuro, o processo poderá até ser melhorado, uma vez que sempre existem maneiras de se aprimorar os mecanismos democráticos.

JP – Que perfil terá a Corregedoria Geral durante a sua gestão?

Nilson Berenchein Junior – A Corregedoria tem que agir de forma preventiva e não como um órgão punitivo. A PGE vivencia um momento de grandes modificações, com a extinção da AJ e a assunção do serviço jurídico das autarquias. Os colegas que estavam na AJ por décadas passaram a atuar – seja no Contencioso ou na Consultoria – em uma área completamente nova. Nesse sentido, o momento é de orientação. Por outro lado, precisamos aproveitar a oxigenação que essas mudanças trazem para as Unidades, fomentando

a criatividade e a troca de idéias. Isso, com certeza, motivará os recém-chegados e também os procuradores que estão há muito tempo na área.

JP – Quais os principais desafios da Corregedoria Geral?

Nilson Berenchein Junior – O desafio é agir como órgão de orientação e motivar os procuradores pela construção da PGE pretendida para o futuro. A Corregedoria como órgão de fiscalização dos deveres funcionais e de eventuais faltas tem muito pouco a fazer. Dentro da nossa carreira, todos são advogados e sabem os seus deveres. É notório que, na advocacia pública, somos limitados ao que a lei permite. Ao contrário do advogado privado, que pode fazer o que a lei não proíbe. Em um primeiro momento, ao menos no 1º semestre, não pretendo fazer correições, mas visitas às Unidades, com o objetivo de partilhar idéias. Quero rodar todas as Unidades do interior e da capital, estreitando relacionamento, especialmente com as chefias, pois é papel do chefe motivar os colegas. A carreira tem muito a melhorar na sua eficácia. Se, por um lado, somos eficientes e damos conta de uma grande sobrecarga de trabalho, por outro, podemos ser mais eficazes. Ou seja, fazer com que essa eficiência renda maiores dividendos na luta pelo interesse do Estado.

JP – Qual será o critério para realizar as correições?

Nilson Berenchein Junior – O cronograma seguirá a ordem das Unidades há mais tempo sem ter uma correição. As autarquias também serão incluídas. Para isso, vamos contar com uma equipe maior. Com as tratativas que mantive com o PGE, vou contar com seis corregedores

auxiliares – quatro com prejuízo das funções e dois sem prejuízo.

JP – O relatório sofrerá mudanças?

Nilson Berenchein Junior – Tive o cuidado de conversar com o Maurício para saber qual o resultado obtido na devolutiva da carreira com sugestões para modificação no relatório. Infelizmente, o retorno foi pequeno. Teremos, com certeza, que enxugar o relatório, que contém algumas informações que não têm serventia e exigências difíceis de computar. Para mensurar a eficácia de um trabalho, devemos levar em conta fatores qualitativos e não quantitativos.

Conheça o novo Corregedor geral!

Nilson Berenchein Junior, nascido em 09/12/1952, em Santos, SP, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Católica de Direito de Santos, em 1975. Realizou os seguintes cursos de pós-graduação: Especialização (*Lato Sensu*) em Direito Civil e Direito Processual Civil – Faculdades Toledo – Araçatuba (SP); Terceiro Ciclo (“Estudos Avançados”) em Direito Público na Universidade da Comunidade Autónoma de Extremadura (Unex), Espanha. Ingressou na PGE em 1978, classificado na PR de Araçatuba. Até a nomeação como corregedor geral, estava lotado na Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília. Atividades desenvolvidas na PGE: entre 1980 e 1994, foi chefe da 1ª Subprocuradoria da PR de Araçatuba; entre 1995 e 2002, exerceu a chefia da Regional de Araçatuba; em novembro de 1997, participou do XXIII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, no qual apresentou a tese “O Controle do Ato Administrativo pelo Procurador do Estado”, aprovada pela Comissão Temática e Sessão Plenária.